

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i30.804>

***UM OLHAR SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO
MARANHÃO¹***

A LOOK ON THE TEXTBOOKS USED IN MARANHÃO'S HISTORY TEACHING

***UNA MIRADA SOBRE LOS LIBROS DIDÁCTICOS EN LA ENSEÑANZA DE
HISTORIA DE MARANHÃO***

DAYSE MARINHO MARTINS

Doutora em Políticas Públicas - UFMA
Doutoranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e
poderes/Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luís/Maranhão/Brasil
daysemarinho@yahoo.com.br

YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS

Doutorando em História e Conexões Atlânticas: culturas e
poderes/Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luís/Maranhão/Brasil
yuri_alhadeff@hotmail.com

Resumo: Abordagem sobre livros didáticos usados na disciplina História do Maranhão na Educação Básica objetivando analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados. Para tanto, fundamentou-se nos princípios da Nova Sociologia da Educação por meio da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson e André Chervel. Estudo qualitativo documental, com método de abordagem dialético e método de procedimento comparativo. Ao problematizar os livros didáticos, são evidenciadas, portanto, as transmutações da disciplina História do Maranhão.

Palavras-chave: Ensino de História. História do Maranhão. Livros Didáticos.

Abstract: An approach on textbooks used in the History of Maranhão subject in Basic Education aiming to analyze the meanings built for the contents conveyed. To this end, we were based on the principles of the New Sociology of Education through the History of School Subjects by Ivor Goodson and André Chervel. This is a qualitative documentary study, with a dialectical approach method and comparative procedure method. By problematizing the textbooks, the transmutations of the History of Maranhão discipline are evidenced.

Keywords: History Teaching. History of Maranhão. Textbooks.

Resumen: Abordaje sobre los libros didáticos utilizados en la asignatura de Historia de Maranhão en Educación Básica con el objetivo de analizar los significados construidos para los contenidos transmitidos. Con este fin, se basó en los principios de la Nueva Sociología de la Educación a través de la Historia de las asignaturas escolares de Ivor Goodson y André Chervel. Estudio cualitativo y documental, con método de enfoque dialéctico y método de procedimiento comparativo. Al problematizar los libros didáticos, por lo tanto, se evidencian las transmutaciones de la asignatura Historia de Maranhão.

Palabras-clave: Enseñanza de Historia. La Historia de Maranhão. Libros Didáticos.

¹ Artigo submetido à avaliação em julho de 2020 e aprovado para publicação em junho de 2020.

Introdução²

Os livros didáticos têm um papel importante no saber escolar e são ferramentas úteis para os professores e estudantes no processo ensino-aprendizagem, os quais devem questionar o próprio processo de produção desse material didático, utilizando essa ferramenta de forma crítica e não passiva. Seu uso, finalidade e contribuição continuam sendo objeto de avaliações contraditórias nos últimos tempos. Há professores que criticam os livros didáticos, apontando-os como responsáveis pela baixa criticidade dos estudantes. Por outro lado, há quem os veja como um auxílio importante em seu *métier*.

Um dos papéis do Livro Didático, portanto, é levar ao aluno o conhecimento elaborado na academia³, por isso, no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Como uma mercadoria, o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo interferem vários personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor⁴.

Assim, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve e nem das suas visões historiográficas, contudo, é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Quando se analisa o livro didático é necessário ter em vista a sua inserção em um complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares, historiográfico⁵. Assim,

Os livros didáticos são fontes muito complexas. Seu conteúdo é resultado das concepções históricas dos autores, somadas aos interesses das editoras que, por sua vez, buscam atender às exigências das diretrizes educacionais do Ministério da Educação. Assim, cada elemento que constitui o livro, tem um objetivo e uma justificativa por se apresentar desta e não de outra maneira, fazendo do livro didático um fértil campo para a pesquisa. A complexidade do livro didático como fonte histórica, começa mesmo na discussão sobre sua definição⁶.

² Artigo como ampliação das pesquisas para Dissertação no PGCULT UFMA (2014) e no PPGHIST UEMA (2018).

³ Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalista, literários, etc.

⁴ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

⁵ PEREIRA, Joyce Karla. *A Independência do Brasil e o ensino de história: conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014.

⁶ Ibid., p. 14.

O saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar, desempenha um papel de tornar o aluno um observador atento das realidades em sua volta, capacitado para estabelecer relações, comparações e relativizando sua atuação no tempo e espaço⁷. A História como disciplina escolar é percebida socialmente de diversas maneiras ao longo do tempo em função dos contextos históricos, no qual essa disciplina esteja inserida. Todas as sociedades humanas têm sua História, quer seja em uma sociedade que tenha escrita, daí pode se valer de vários recursos para transmiti-la, ou uma sociedade ágrafa que por meio da tradição oral difunde a história a seu povo. Dentre as finalidades dessa disciplina, destaca-se uma história ideológica, patriótica, propagandista etc., cuja terra fértil para contemplar essas intenções, geralmente, é o livro didático.

Há historiadores que também estão interessados nos livros didáticos, por várias razões, em outros contextos, os livros didáticos eram um dos principais meios para levar os conhecimentos produzidos da investigação histórica na academia até a cultura histórica de sua sociedade. Desse modo, os historiadores devem prestar atenção se os revisionismos historiográficos chegam aos livros didáticos⁸. Para Marcos Napolitano⁹, “todo revisionismo historiográfico abriga um debate também ideológico” e a história recebe diversas interpretações, contanto que partam de “processos históricos verificáveis e de questões plausíveis”. As interpretações consagradas “sobre todos os temas e épocas estão em constante revisão, posto que surgem novas questões e novos documentos. A isso chamo de um revisionismo propriamente historiográfico, que é saudável para o debate”. Entretanto,

O problema começa quando o revisionismo parte de um princípio ideológico fechado em si mesmo, carregado de certezas a priori, e vai de encontro às evidências documentais — materiais ou testemunhais —, à própria ideia de veracidade do fato histórico. Quando essa fronteira é cruzada, estamos no território da pura e simples disputa por memória em torno de um período, que muitas vezes nega a verdade, o sentido e a evidência dos processos históricos. Nesse ponto o revisionismo se transforma em negacionismo¹⁰.

Outro motivo é entender o alcance prático do saber produzido pelas investigações da pesquisa histórica. Quando o profissional tem a consciência de que o saber histórico tem uma função de orientação cultural na vida da sociedade e que esse cumprimento é em si

⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília, DF, 1997. v. 5, p. 19-45.

⁸ RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 93-128.

⁹ NAPOLITANO, Marcos. Por que há uma onda revisionista das ditaduras sul-americanas. [Entrevista concedida a] João Paulo Charleaux. *Jornal Nexo*, São Paulo, 2 set. 2018, p. 6-7. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2018/09/02/Por-que-há-uma-onda-revisionista-das-ditaduras-sul-americanas>. Acesso em: 30 nov. 2019.

¹⁰ Ibid., p. 6.

mesmo um exercício do trabalho histórico científico profissional. Desse modo, alguns historiadores não podem ficar indiferentes de como tem sido a aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos. As críticas em torno dos livros didáticos são devidas às suas deficiências de conteúdo, bem como às suas lacunas e equívocos conceituais ou informativos. Contudo, o problema dessas análises consiste no fato de haver um ideal de que seja possível elaborar um livro didático perfeito, um material capaz de resolver todos os problemas do ensino ou que possa substituir o trabalho do professor. Deve-se ter em vista que o livro didático tem limites, utilidade e malefício como as demais produções desse gênero e é por isso que os livros didáticos precisam ser constantemente avaliados¹¹.

Tomando por base os referidos pressupostos, este artigo chama a atenção para a trajetória dos livros didáticos de História do Maranhão. Nesse sentido, evidencia-se como de suma importância o estudo desses materiais na percepção de como os estudantes elaboram interpretações sobre a História local.

Os excluídos dos livros didáticos e da sala de aula

O livro didático, quase sempre, tão habituado a ocultar diferenças de etnia, classe e gênero, quando há abertura para essas temáticas, em especial, ao protagonismo das classes subalternas, faz com que as camadas populares ampliem sua interferência na vida do seu bairro, estado e país, proporcionando fissuras para o acerto de contas com a questão social, permitindo ao aluno almejar a sua própria independência e lutar contra as imposições vindas de cima para baixo.

Ao analisar como os livros didáticos de História do Brasil encaram a participação popular na História, Nicholas Davies¹² diz que é sempre bom frisar que a “[...] participação, seja ela qual for, ocorre não apenas pela iniciativa ou presença, como também pela omissão ou apatia. Naturalmente, a qualidade da participação é diferente em ambos os casos”. É no dia a dia que as massas populares são informes: executam como silenciadas as tarefas que poderão garantir-lhes a sobrevivência diária. As massas falam à história por meios de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Porém, quando advém uma insurreição, um protesto público, um motim, pela primeira vez a massa despossuída será

¹¹ BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

¹² DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 561.

escutada não através da passividade dos números emudecidos, e sim por meio dos gestos violentos e ruidosos¹³.

A categoria *popular* é reconhecida por Davies¹⁴ em sua ambiguidade dada à dificuldade em defini-la, por sua base científica ser frágil. Interroga-se como analisar uma realidade ambígua, de difícil apreensão, sem conceitos igualmente movediços e elásticos. Esse autor levanta outro questionamento sobre o que viriam ser as *camadas populares subalternas, exploradas, oprimidas* desde o período colonial ou até a abolição da escravidão na História do Brasil.

Para mostrar a diversidade entre as camadas populares, como nos indica Davies¹⁵, que toma como exemplo os escravos, aponta que não havia homogeneidade, pois entre os próprios escravos rurais existiam uma nítida divisão entre os da lavoura, com trabalho mais difícil, e os domésticos com atividades mais leves e podiam ter mais intimidade com a família do senhor. Por fim, mesmo que se restringisse o termo *popular* para os que não faziam parte das elites, ter-se-ia que levar em conta as diferenças apontadas, que relativizam bastante a homogeneidade suposta entre as camadas populares. Pode-se englobar na categoria *camadas populares* os escravos, os libertos, os brancos pobres livres (até que ponto reside suas liberdades?) e os índios, por terem um traço em comum de negação da ordem social-econômica-política inserida pelos portugueses que chegaram ao Brasil em 1500.

A criação de *heróis* da história, como reis/senhores/chefes de Estado ou chefes militares/“homem branco”/europeu/colonizador, deve ser combatida no ensino de História. Ao contemplar no ensino a perspectiva de valorização do protagonismo dos indígenas/africanos/afro-brasileiros/femininos/participação popular envolvidos no processo históricos ajudam a desconstruir alguns mitos presentes na historiografia e nos livros didáticos relativos a uma história contada na visão dos vencedores. Sobretudo, quando se trata da participação dos setores populares que são tidos como aqueles que serviam às classes dominantes como simples massa de manobra e, quando se rebelavam, geravam baderna e desordem da ordem vigente.

O ensino de história que mostra a participação popular sob interpretações que apresentem o papel ativo desses excluídos da história, não com a finalidade de achar heróis das causas populares, contudo, levar a percepção da totalidade histórica e revelar que a história é feita não apenas pelos grandes homens em seus grandes feitos. Desse modo, o

¹³ BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

¹⁴ DAVIES, op. cit.

¹⁵ Ibid.

ensino de história que enfatize a participação popular pode ajudar os estudantes, especialmente, os que fazem parte das camadas populares, a atuarem de forma ativa na sociedade possibilitando a transformação social¹⁶. A historiografia tradicional não destacou a atuação das camadas populares nos processos históricos, e as reproduções dessas versões da historiografia que nega a participação popular refletiu-se na sala de aula.

Dessa forma, tal representação no passado tem importância para a atuação do povo no presente, porque o estudante das classes populares, que, na escola e fora dela, recebe essa representação possivelmente tenderá a se olhar e a agir conforme os estereótipos difundidos pelos grupos dominadores. Naturalmente, não é somente a representação do passado que causa o comportamento ou a visão das camadas populares acerca de si na atualidade. Caso a ideologia tivesse mais poder que as forças materiais, a realidade modificaria-se bem mais lentamente. Todavia, a ideologia, ainda que não sendo determinante, mesmo assim desempenha efeito ponderável nas transformações sociais. Em suma, o estudante que entender a participação popular no passado, com todas as suas características e contradições, será capaz de atuar criticamente, sem idealização ingênua, ou seja, a heroização das camadas populares, nem autodepreciação, por meio de um ensino história conservador, da transformação social¹⁷.

História Regional ou local: Maranhão e suas problemáticas

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9.394 passou a vigorar em 20 de dezembro de 1996. É através desta lei que são regidos os princípios gerais da educação, e desde sua promulgação essa lei sofre inúmeras atualizações, que acontecem de acordo com as demandas exigidas pela sociedade vigente. Nessa Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 26, assegura que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma “base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”¹⁸. Nisto, infere-se que os estudos locais e regionais são embasados pela Lei que rege a educação brasileira.

Muitas vezes a História Regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos alunos. No caso do Maranhão, isso acontece em parte devido à ausência de material

¹⁶ DAVIES, op. cit.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

didático que aborde a História Regional ou Local. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi à adesão das universidades públicas ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. A pesquisadora Circe Bittencourt¹⁹ advoga que a história regional proporciona, na dimensão do “[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação”. Diante disso, ressalta a importância da memória para a história local.

Sabemos que para a produção de um material didático há todo um processo complexo. Como salienta Engel²⁰, as produções didáticas são consideradas produto cultural dotado de alto grau de complexidade, tendo sua autoria plural, na qual fazem parte, além do autor, as figuras do editor, dos programadores visuais e dos ilustradores. Sobre quem produz o livro didático, Engel diz que “[...] enquanto formulador de um discurso historiográfico específico, o autor do livro didático pode utilizar a produção historiográfica acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico abordado em termos de argumentos de autoridade, buscando sua legitimação”²¹.

As regiões brasileiras são dotadas de hábitos e costumes específicos, têm suas próprias normas de convívio. Destarte, em um mundo globalizado, o modo do local e regional fazerem face ao global é por meio da revalorização de sua cultura e de seu ambiente. Esse fato coloca a História Local e Regional em um artigo de primeira necessidade. De outra forma, no campo da historiografia, as Histórias Local e Regional incentivam a procurar explicações das sociedades nas suas diversas determinações e complexidades e permitem rever generalizações da História Geral²². A História Regional veio a ser valorizada em virtude da viabilidade de “fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto que a história regional trata das diferenças e da multiplicidade”²³.

De modo geral, os livros didáticos trazem em seu conteúdo temas mais gerais, e por vezes de cunho historiográfico conservador, sem trazer à tona temas mais específicos da História Regional. Ao observamos os livros didáticos, os espaços dados à História do Maranhão são minúsculos, sem muita expressão.

¹⁹ BITTENCOURT. *Ensino...* op. cit., p. 183-220.

²⁰ ENGEL, Magali Gouveia. Memórias e histórias dos balaios: interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 329-344.

²¹ *Ibid.*, p. 329.

²² MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de história*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

²³ BITTENCOURT. *Livros...* op. cit., p. 161.

Materiais Didáticos de História do Maranhão

A escolha das obras didáticas serem especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: *História do Maranhão (Tomo I e II)* (1904) de Barbosa de Godóis; *Pequena História do Maranhão* (1959) e *História do Maranhão* (1960), de Mario M. Meireles; *Conheça o Maranhão* (1971) de Rosa Mochel Martins; *Terra das Palmeiras* (1977) de Maria Nadir Nascimento e Deuris de Deus Moreno Dias Carneiro; *Pedra da Memória* (1979) de Maria Ceres Rodrigues Murad; *História do Maranhão* (1981) de Carlos Lima; *Gente, terra verde, céu azul: História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado (Primeiro Grau)* (1981) de Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira; *Terra e Gente: Livro de Leitura (Primeiro Grau, Quarta série)* (1986) do Governo do Estado do Maranhão; *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)* (1988) de José Raimundo Lindoso Castelo Branco; *Estudo Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão (Ensino Médio, Pré-vestibulares e Concursos)* (2007) de Joan Botelho; *História do Maranhão (Ensino Fundamental quarta e quinta série)* (2011) de Francisco Coelho Sampaio; *Maranhão História* (2013) de Célia Siebert e Renata Siebert; *História do Maranhão (Ensino Fundamental quarta e quinta série)* (2013) de Francisco Coelho Sampaio e Maria Viana; *Que Ilha Bela! São Luís, O Tempo reconstrói a Tua História (1612-2012)* (2013) de Lúcia Castro. Entretanto, nesse trabalho analisaremos apenas determinados autores²⁴, devido apresentarem relevância e uma maior utilização no âmbito das redes de ensino.

Barbosa de Godóis e a obra História do Maranhão (1904)

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), onde teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de

²⁴ BOTELHO, Jean. *Conhecendo debatendo a história do Maranhão*. São Luís: Fort Gráfica, 2007; GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de (1904). *História do Maranhão: para uso dos alunos da escola normal*. 2. ed. São Luís: EDUEMA, 2008; MEIRELES, Mário (1960). *História do Maranhão*. 5. ed. São Luís: Edições AML, 2015; MEIRELES, Mário (1959). *Pequena história do Maranhão*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1970; MORAES, Lídia Maria de; AROEIRA, Maria Luísa C.; CALDEIRA, Maria José. *Gente, terra verde, céu azul: Estudos Sociais – História – Geografia – Moral e Civismo – de acordo com os Guias Curriculares do Estado*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1987.

Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904), subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal*, em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse Estado desde as Capitanias Hereditárias até a adesão do Maranhão à Proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Barbosa de Godóis²⁵ escreve em uma conjuntura de importante reflexão em relação aos problemas nacionais e o desenvolvimento de pensamentos e práticas políticas direcionadas para a crítica das instituições imperiais, dado o Brasil estar se inserindo em uma República no final do século XIX e início do século XX. Assim, fazia crítica à política imperial, e comparou a Monarquia brasileira com Monarquia europeia, a saber:

A política imperial, mais caprichosa que orientada, erguendo e abatendo as situações políticas sem uma razão de ordem superior que explicasse essas mutações bruscas, e cometendo muitas vezes a um partido o encargo de realizar idéias do outro, havia tornado a política brasileira uma cousa inconsistente, sem a firmeza das dedicações pelos princípios, e contribuirá para enfraquecer a própria Monarquia, pelos ataques rudes constantes de que era alvo, quando efetuava aquelas inexplicáveis mudanças de cenário [...] a Monarquia sustentava-se, mas sem a devoções nem a veneração que a acompanha nos países monárquicos europeus. Ainda não se formara no Brasil²⁶.

Tratava-se, portanto, de uma conjuntura histórica em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico e até mesmo do Período Colonial utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso é uma demonstração clara na obra de Godóis²⁷ devido seu trabalho ser voltado para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do país.

Vale dizer que no início do século XX ainda não existiam o Ministério da Educação (MEC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para regular e fiscalizar os conteúdos e modos de abordagens contidas nos livros didáticos, o que facilitava intencionalidades educativas, não que após sua criação isso não aconteça mais, no entanto, torna-se mais difícil, é necessário que seja de forma implícita²⁸. O Livro Didático como fonte

²⁵ GODÓIS, op. cit.

²⁶ GODÓIS, op. cit., p. 358.

²⁷ GODÓIS, op. cit.

²⁸ Nesse contexto, os compêndios escolares eram examinados e recomendados pela Inspeção da Instrução Pública à época no Maranhão, dirigida pelo Sr. Antônio Francisco Leal Lobo responsável pela emissão de pareceres referentes à adoção de livros no sistema estadual. Cf. MARTINS, D. M. *Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013)*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019

histórica traz intenções, marcas e percepções de mundo e sociedade de quem o escreveu. Com finalidade didática na época de sua escrita, em Godóis²⁹, observamos que os escritos desse período se caracterizam por narrar uma história factual, nos moldes dos preceitos positivistas, assim, não inferem criticidades, mas escrevem uma história descritiva, presa a datas e sem apresentar de onde as fontes foram retiradas. O que chama a atenção na leitura desse livro didático são as limitações em relação às visões de cidadania. Não apresenta atividades para que os alunos pudessem resolver, e não contém imagens ou ilustrações referentes aos fatos históricos mencionados nesse livro.

Mário Martins Meireles e as obras *Pequena história do Maranhão (1959)*, *História do Maranhão (1960)*

O historiador por ofício Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão (UFMA). Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da AML, em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Na década de 1950, o Ministério da Educação promoveu determinadas mudanças nos programas para o ensino de História, no entanto, pouco se afastou das concepções e das práticas tradicionais, caso considerarmos uma análise dos livros didáticos em uso nesta época³⁰. As obras de Meireles (1959, 1960) inseriam-se em um período em que não havia espaço para uma política educacional direcionada para os interesses populares, a não ser que eles se conjugassem com os interesses particulares que se sobrepunha, a partir da própria exclusividade da cultura letrada que seria vinculada como cultura do povo, por meio dos programas educacionais³¹.

Durante muito tempo, a história serviu como um meio dos alunos adquirirem uma formação moral e cívica, a obra *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959, é caracterizado por uma história tradicional, permeada do método da *memorização* para cumprir seu objetivo de ensinar as *tradições nacionais* e induzir ao patriotismo. No prefácio,

²⁹ GODÓIS, op. cit.

³⁰ FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

³¹ PINTO, Maria Núbia Bonfim. *Do velho ao novo: política e educação no Maranhão*. 1982. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

Meireles³² informa que seu trabalho não tinha nenhuma intenção, possibilidade nula, visto que nas suas palavras seguintes diz que sua obra havia sido solicitada pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, Profa. Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-MA), devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959) foi instituída por meio do Decreto nº 1732 de 9 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles³³ sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História do Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o *Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense*. A História, nesse contexto, ainda estava sob o domínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que concerne às fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou sua escrita.

Isso é perceptível na *Pequena História do Maranhão (1959)*, o capítulo que trata do *descobrimento* do Maranhão cobra nos exercícios propostos quais os nomes dos grandes *descobridores* da América e quem chegou primeiro entre eles, e as datas desse *descobrimento*, questões com frases para completar. Com o fim de o aluno dominar os conteúdos para ser bem-sucedido nas provas e processos seletivos que viesse a se submeter. A obra segue essa linha nos outros temas, não há críticas e direcionamento para que haja reflexão crítica do discente sobre os processos históricos.

Ao mencionar sobre a atuação dos Jesuítas no Maranhão, Meireles³⁴ diz que os Jesuítas vinham ao Maranhão e ao resto do Brasil na finalidade de converter os índios ao Cristianismo, no entanto, não questionou essa atuação, não menciona o perigo desse proselitismo religioso para a cultura dos nativos, e ainda afirma que os índios, no capítulo os Índios do Maranhão, não tinham religião, mas acreditavam em um ser superior, logo vemos que esse autor renegou a religião do indígena. Para Meireles, os nativos eram “[...] homens ainda muito atrasados; não sabiam ler, nem escrever, e viviam quase como animais. Chegavam a comer os inimigos valentes que conseguiam vencer e aprisionar em suas

³² MEIRELES, op. cit.

³³ MEIRELES, op. cit.

³⁴ Ibid.

guerras”³⁵. Assim, inferimos que Meireles nessa obra reproduzia a visão dos colonizadores europeus em relação aos índios.

Na seção *A Bandeira, O Escudo e o Hino do Maranhão*, percebemos nessa obra a tarefa de transmitir uma *memória local*, induzindo as práticas educacionais de cultos e rituais a Bandeira, Escudo e Hino do Estado para que o aluno produzisse atitudes sacralizadas diante desses símbolos e esses foram constituídos como memória a ser preservados e institucionalizados pelo poder, que encontravam no livro didático campo fértil para criar suas tradições.

No que tange aos *Maranhenses ilustres*, espaço dedicado àqueles que tiveram seus nomes vinculados à política, literatura, etc. e que ganharam notoriedade nacional, Meireles³⁶ dá créditos aos *grandes maranhenses*, como se o eventos históricos para se concretizar dependessem e estivessem diretamente ligados à atuação deles, a exemplo: *Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que venceu os franceses em Batalha de Guaxenduba*³⁷, não menciona que eles eram auxiliados por outras pessoas que não tiveram seus nomes vinculados a História.

Esses *grandes homens* serviam como modelos “[...] aos jovens maranhenses que devem estudar para se fazerem dignos dos grandes maranhenses que já morreram. Decoremos os seus nomes”³⁸. Esse método de decorar já havia sido constante desde o final do século XIX, e “[...] os métodos de ensino baseados na memorização correspondiam a um entendimento de que ‘saber história’ era dominar muitas informações, o que, na prática, significava saber de cor a maior quantidade possível de acontecimentos de uma história nacional”³⁹.

No *prefácio de Pequena História do Maranhão*, Meireles já prenunciava a *História do Maranhão* que seria publicado em 1960, ao dizer que: “[...] os elementos que lhe demos, extraídos de uma ‘História do Maranhão’ que ainda não pudemos dar ao público [...]”⁴⁰. Quanto à obra *História do Maranhão*, publicada em 1960, também é uma de escrita tradicional que apresenta uma história narrativa, linear e descritiva. Essa obra é dividida 36 capítulos que vai desde o *Descobrimento* até o que ele chamou de Maranhão Contemporâneo ressaltando aspectos econômicos, financeiros, educacionais e culturais. Os fatos são apresentados como naturais, os contextos não são postos nas contradições originadas a

³⁵ Ibid.

³⁶ MEIRELES, op. cit.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid., p. 67.

³⁹ BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 69.

⁴⁰ MEIRELES, op. cit.

começar das circunstâncias materiais nas quais os indivíduos se localizam em dada conjuntura histórica. A obra não contém imagens e as bibliografias utilizadas são de historiadores filiados a uma historiografia conservadora, como expoentes Ribeiro do Amaral, Francisco Adolfo de Varnhagen, não havendo uma discussão historiográfica apresentando elementos trazidos por uma historiografia mais revisionista.

No *prefácio*, Mário Meireles⁴¹ salienta que algumas obras naquele período encontravam-se escassas, anos depois foram reeditadas, e interpelava-se de como seria possível ao magistério ensinar a disciplina às futuras professoras primárias, se não havia onde aprendê-la. À vista disso, Meireles registra seu trabalho para estimular o interesse daquela sociedade para a história do Maranhão, portanto, como reclama o autor, “[...] hoje em dia na terra, se conta por uma precária meia dúzia de homens que ainda querem saber do nosso passado porque sabem que história é a mestra da vida”⁴².

No que diz respeito às camadas populares, sobre um grupo de índios denominados de tapuias, Meireles não difere do seu trabalho anterior a esse, e continua a adjectivá-los negativamente como “[...] **preguiçosos, embora destros, ferozes, vingativos, traiçoeiros e antropófagos.**”⁴³. Meireles nega a participação nos processos políticos, quando em sua obra narra o processo de adesão do Maranhão à nova forma de governo, a República, diz que “[...] o povo quase não tomou conhecimento do fato; a transição de regime efetivou-se em cerimônia simples, na sala de despachos do Palácio do Governo”⁴⁴. Acerca de um protesto de escravos, que temiam que o novo regime retirasse suas liberdades, Meireles não explora a consciência política desses emancipados, pelo contrário, vê esse episódio como algo anormal, atestemos isso em suas próprias palavras:

A única anormalidade ocorrida foi uma manifestação de escravos, recentemente libertos, contra Paula Duarte, o único republicano do novo governo, e isso porque o novo regime vinha para torna sem efeito a lei Áurea. Indo os manifestantes contra a redação de O Globo, seu jornal, a polícia interferiu imediatamente, dispersando-os; isto na véspera da adesão⁴⁵.

As obras de Meireles simbolizam o conhecimento histórico regional na perspectiva dos Estudos Sociais. A obra caracterizou uma inovação no decadentismo do ensino de história regional no contexto educacional de implantação dos Estudos Sociais. Porém, em termos de interpretação da História local, não apresentaram avanços ao permanecer com a abordagem tradicional apesar dos métodos de ensino considerados ativos.

⁴¹ MEIRELES, op. cit.

⁴² Ibid., p. 15-16

⁴³ Ibid., p. 41, grifo nosso.

⁴⁴ Ibid., p. 341.

⁴⁵ Ibid., grifo nosso.

Lídia Maria de Moraes, Maria Luísa Campos Aroeira e Maria José Caldeira e a obra Gente, terra verde, céu azul (1981⁴⁶)

Sobre as três autoras limitamo-nos às informações contidas no próprio livro didático, a escritora Lídia Maria de Moraes é Bacharel em Letras-Português e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, Licenciada em Estudos Sociais pela Faculdade Teresa Martin e atuava na educação básica do Estado de São Paulo (SP), ainda seguiu publicando livros didáticos pela Editora Ática. Maria Luísa Campos Aroeira é formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (MG) e atuava na educação básica do Estado de Minas Gerais, além desse livro a autora continuou a lançar livros didáticos em outras editoras, como a FTD Educação. Maria José Caldeira é Licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Fundação Universidade Mineira de Arte (FUMA) de Belo Horizonte (MG) e atua na educação básica desse estado.

É importante destacar que as três autoras não são maranhenses e não residiam no estado do Maranhão, o que pôde trazer muitas lacunas na obra, pois além dessa obra voltada para o Maranhão, elas se dedicaram a produzir mais dois livros didáticos na mesma linha para os estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

O contexto da escrita dessa obra deu-se no Governo Militar (1964-1985), e o ensino de história teve que se adaptar aos ditames do então governo em vigência, isto é, formar indivíduos que colaborassem para manter a ordem e a política vigente por meio de um discurso moralizador e ideológico permeados nos materiais didáticos. Desse modo, querer determinar ao ensino de história um fim elementar que vai além do de contribuir para o desenvolvimento crítico do aluno, leva esse ensino impreterivelmente para uma concepção limitada e, logo, reduzida, quanto ao ensino dessa disciplina. Nota-se, isso, com a fusão de História e Geografia nesse contexto, no qual o ensino de História direcionaria os alunos a cultuarem a pátria, os seus símbolos, as instituições e as grandes personagens da História.

A partir de 1964 ocorrem mudanças no regime político brasileiro diante do golpe civil militar⁴⁷ e da ditadura que perdurou até 1984. Em consonância com o cenário internacional de expansão do Capitalismo, o governo militar promoveu a adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico preconizado pelas agências

⁴⁶ Data estimada.

⁴⁷ Sobre o referido regime, instaurado no país após 31 de março de 1964 “utilizamos para designá-lo a expressão “regime militar” no sentido de que a cúpula das forças armadas assumiu diretamente o poder e funções de governo”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2008. p. 512.

internacionais. Assim, promoveu os Acordos MEC-USAID⁴⁸, pelos quais técnicos norte-americanos direcionaram a reorganização do sistema educacional brasileiro⁴⁹.

As mudanças propiciadas pelas reformas do governo militar atuavam como justificativa à ação repressiva do Estado contra qualquer tipo de questionamento da ordem política vigente. A restrição dos direitos individuais no referido contexto atingiu a própria estrutura do currículo escolar. A imposição dos órgãos educacionais atuou na esfera ideológica ao estipular as determinações dos componentes curriculares a partir dos objetivos do ensino de 1º e 2º graus: “Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”⁵⁰. O discurso educacional vinculado à segurança nacional não demonstrava ações voltadas para uma formação crítica e cidadã, pautava-se, verdadeiramente, na perspectiva de controle e modelação social.

Com fundamento nesse pressuposto, as medidas educacionais no regime militar intervieram na abordagem do conhecimento disciplinarizado das Ciências Humanas. “Ao introduzir disciplinas sobre civismo impunha-se a ideologia da ditadura, reforçada pela extinção da Filosofia e pela diminuição da carga horária de História e Geografia, na função de diminuir o senso crítico e a consciência política”⁵¹.

Nesse contexto, a coleção *Gente, terra verde, céu azul* tem sua primeira edição possivelmente publicada no ano de 1981, se levarmos em consideração que cada edição foi anual. As autoras não disponibilizam a bibliografia utilizada para a produção desse material didático, e na Biblioteca Benedito Leite encontramos apenas duas edições 2ª (1982) e 7ª (1987). As atividades para os alunos, de forma geral, são bem objetivas cuja finalidade é levar os estudantes a decorarem os conteúdos do livro, sem questionarem os fatos históricos, estão fadados apenas a reproduzirem o que leram. O primeiro capítulo, *Nós, O Maranhão e o Brasil*⁵², está mais ligado à Geografia, quanto à localização geográfica, coordenadas, uso de escala, as regiões do Brasil, nomes de capitais, etc.

⁴⁸ Fundamentado nas ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo) ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo), o Tecnicismo pressupõe a neutralidade científica inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Assim, advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

⁴⁹ ARANHA, Maria Lucia de A. *História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

⁵⁰ DUARTE, Sérgio Guerra. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Edições Antares; Nobel, 1986. p. 128.

⁵¹ ARANHA, op. cit., p. 320.

⁵² MORAES; AROEIRA; CALDEIRA, op. cit.

Em relação à História, os conteúdos, nesse livro didático, são explorados de forma tradicional, pois enfatizam os fatos políticos e *grandes homens*, e há também um quadro com datas de grandes marcos a nível mundial, nacional e estadual, assim, vemos que o intuito do ensino era “[...] ajustar aluno ao seu meio, preparando-o para a ‘convivência cooperativa’” e para suas futuras responsabilidades como cidadão, no sentido do “[...] cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade, o Estado e a Nação”⁵³.

Esse manual didático cumpre a função de um ensino com a educação cívica, porquanto, dedica um capítulo, *Como é governada a nossa Pátria?*⁵⁴, nele, está contido conteúdos que abordam a Organização Político-administrativa; explica o porquê de se pagar impostos e taxas; quais são os direitos e deveres; quais são os símbolos da pátria seguido do Hino Nacional; quanto ao Estado do Maranhão mostra apenas a sua bandeira e o Hino Maranhense, a saber:

Os governos existem para promover o conforto e o bem-estar dos habitantes de um país. Em troca desses benéficos, os habitantes têm o dever de pagar impostos e taxas. Através das taxas, as pessoas recebem benefícios diretos [...] O Governo Federal cobra o Imposto de Renda: as pessoas pagam ao Governo uma parte da renda que recebem durante o ano. Quanto maior a renda da pessoa, maior será o imposto a pagar. O imposto de renda é pago nos Bancos [...] Reproduza, no caderno, a Bandeira do Brasil e pinte-a corretamente [...] As Armas Nacionais figuram em lugares como: palácio do governo, prefeituras, quartéis e escolas [...] A Bandeira do Maranhão compõe-se de nove listras horizontais, intercaladas, sendo quatro brancas, três vermelhas e duas pretas⁵⁵.

É interessante como esse manual serviu de instrumento de legitimação daquele contexto histórico, porque, ao se referir a quem mantinha a ordem e a segurança do Brasil, dá total crédito às Forças Armadas e ressalta que:

O desenvolvimento do Brasil e o bem-estar do nosso povo dependem da ordem e da segurança. As Forças Armadas existem para manter a paz e defender o Brasil, com segurança [...] As Forças Armadas também prestam assistência às regiões menos desenvolvidas, construindo estradas, escolas, e cuidando da saúde das populações [...] Compõem as Forças Armadas: O EXÉRCITO A MARINHA A AERONÁUTICA⁵⁶.

Ainda consta uma atividade de memorização das funções das Forças Armadas justificando o motivo da sua existência. Na seção *Tipos humanos do Estado do Maranhão*⁵⁷, as autoras afirmam que a população maranhense é diversificada, apresentam a figura do vaqueiro, tirador de coco, lavrador, comerciante, e na seção *Como é o nosso povo?*⁵⁸, explicitam a formação étnica do Brasil dividida nos grupos étnicos: negro, branco e o índio, e

⁵³ FONSECA, op. cit., p. 57-58.

⁵⁴ MORAES; AROEIRA; CALDEIRA, op. cit.

⁵⁵ MORAES; AROEIRA; CALDEIRA, op. cit., p. 24;25;27.

⁵⁶ Ibid., p. 28.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid.

narravam que “[...] a formação do nosso povo deu-se assim: o índio foi o primeiro morador de nossa terra; depois veio o branco português; o negro da África veio para trabalhar na agricultura”⁵⁹, depois, “[...] vieram outros povos para a nossa terra: açorianos, alemães, italianos, árabes e outros. Eram os imigrantes. Eles vieram trabalhar na lavoura e no comércio”⁶⁰. Colocam também que “[...] a mistura dos povos continuou. Hoje em dia, somos um povo miscigenado, isto é, misturado, formado a partir da mistura de várias raças”⁶¹, no entanto, não fazem menção aos conflitos étnicos, prevalecendo, dessa forma, como se a sociedade vivesse em total harmonia, não levam os alunos a refletirem sobre a escravidão, não há questionamentos sobre o preconceito em relação ao afrodescendente.

A História Regional, isto é, a História do Maranhão tem seu espaço reduzido em detrimento da História do Brasil, isso fica nítido na seção *Como começou a nossa História?*, que se inicia com o *Descobrimento do Brasil*, o termo *descobrimento* não é problematizado e está ligado ao etnocentrismo do europeu, o que já limita o aluno a acreditar que a cultura europeia é superior as demais. Ao se referir o surgimento do Maranhão⁶², as autoras dedicam pequenos trechos, e outros fatos históricos da História do Brasil são retratados seguindo à mesma linha de pensamento dos fatos já abordados.

O Livro didático aqui em questão apresenta o processo de Independência do Brasil tendo D. Pedro I como o principal responsável pela Independência Brasileira: “D. Pedro e os brasileiros estavam revoltados com as exigências que Portugal fazia e com as revoltas que ocorriam no Brasil. No dia 7 de setembro de 1822, em São Paulo, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil”⁶³.

Identificamos que as escritas das autoras fazem parte de uma historiografia tradicional, ligada a uma história linear, acrítica, de grandes heróis. Isso torna-se notório na seção *Outros acontecimentos históricos importantes*⁶⁴, onde constam alguns acontecimentos da História Nacional até o advento da República. Vale dizer que sobre o período que corresponde ao Brasil República, nesse livro didático não possui menção dos seus eventos históricos, tendo em vista que essa forma de governo estava a caminho do seu primeiro centenário. Há apenas uma linha do tempo para que os alunos identifiquem os fatos históricos ocorridos na divisão do Brasil em Colônia, Império e República, e sobre esse último momento

⁵⁹ MORAES; AROEIRA; CALDEIRA, op. cit., p. 80.

⁶⁰ Ibid., p. 80.

⁶¹ Ibid.

⁶² MORAES; AROEIRA; CALDEIRA, op. cit.

⁶³ Ibid., p. 77.

⁶⁴ Ibid.

histórico menciona-se somente o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança em 1970.

Em *Gente, terra verde, céu azul*, os indivíduos não aparecem como construtores da história, esta é dirigida pelas *grandes figuras*, reverenciadas como os únicos protagonistas históricos e as camadas populares tornam-se invisíveis nesse processo. Na seção *Maranhenses ilustres*, encontramos um repositório de biografias com imagens de indivíduos julgados importantes, como João Francisco Lisboa, Antônio Gonçalves Dias, Arthur Azevedo, Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo, Antônio Henriques Leal e outros. Esses *Ilustres* de algum modo ganharam reconhecimento nacional, talvez, por isso, fossem considerados *Maranhenses ilustres*.

O “Terra das Palmeiras” de Maria Nadir Nascimento

Apesar da diversidade na produção de obras didáticas, na mentalidade popular local, destaca-se, como símbolo do ensino de História do Maranhão, o livro *Terra das Palmeiras* das autoras Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro. A obra, de 1977, tornou-se o livro didático sobre Maranhão mais difundido nas décadas de 80 e 90 do século XX. Nesse fenômeno, nota-se o papel da Editora FTD enquanto difusora da obra e inserção no campo educacional. Há 30 anos no mercado, o livro teve quatro edições publicadas e considerável circulação nas escolas maranhenses⁶⁵.

O livro apresenta uma dedicatória em referência à criança maranhense. “Em cuja inteligência tanto acreditamos, onde pusemos a nossa esperança de contribuir para o teu conhecimento desta terra que nós amamos”⁶⁶. Nesse trecho, nota-se a fundamentação no método ativo dos discursos contidos em obras de Estudos Sociais ao considerar o aspecto cognitivo do aluno no aprendizado, valorizando a relação com o meio. Ao mesmo tempo, apesar da concepção de aprendizagem renovada, notam-se permanências quanto à postura de civismo preconizada nas obras que abordam a História do Maranhão.

A distribuição dos conteúdos parte do panorama nacional quanto aos aspectos territoriais e políticos do Brasil. Os dois primeiros capítulos apresentam o Estado do Maranhão com base em características geográficas: limites, relevo, litoral, hidrografia, clima,

⁶⁵ COSTA, Odaléia Alves da. *A produção da disciplina escolar e os escritos em torno dela: os estudos sociais do Maranhão*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em: www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged. Acesso em: 23 ago. 2013.

⁶⁶ NASCIMENTO, Maria Nadir; CARNEIRO, Deuris Moreira Dias. *Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão*. Edição renovada. São Paulo: FTD, 1991. p. 5.

vegetação e economia. Além disso, demonstra a distribuição do Estado em microrregiões, enfocando a diversidade do território e o centro urbano representado pela capital São Luís. Nesse ponto, o texto reverencia elementos históricos na abordagem ao caracterizar São Luís como sede do governo:

Cidade de grande tradição histórica e cultural, São Luís conservou no aspecto urbano, a marca deixada por franceses e portugueses. Os monumentos mostram o seu passado de glória, os edifícios testemunham sua arrancada para o progresso [...] Centro cultural do Estado, a cidade de São Luís foi cognominada ‘Atenas brasileira’ pela posição que ocupou nas letras nacionais⁶⁷.

A seção que aborda a história do Maranhão é intitulada *Revivendo o passado*. A narrativa parte da questão referente ao *descobrimento* do Brasil, articulando eventos históricos e ressaltando o pioneirismo na ocupação da terra pelos índios. As autoras contextualizam a questão apresentando as aldeias indígenas existentes em *Upaon-Açu* na chegada dos franceses.

O texto cita as características dos indígenas a partir de seu modo de vida, ressaltando hábitos, crenças e costumes. Paralelamente, são apresentados os aspectos relacionados ao índio na contemporaneidade com destaque para “[...] a liberdade reduzida decorrente da intromissão do homem branco em sua cultura”⁶⁸. Diante da questão, a narrativa ressalta o papel da administração pública na proteção ao indígena por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), denotando indícios de um discurso vinculado ao desenvolvimentismo, próprio dos Estudos Sociais.

Prosseguindo, a obra apresenta a chegada dos franceses ao Maranhão no capítulo *A invasão francesa*. Assim como as obras clássicas da historiografia maranhense, a narrativa expõe as dificuldades de colonização do território pelos portugueses como princípio de atração aos franceses. Nessa perspectiva, destaca a relação entre corsários gauleses e indígenas como “[...] o primeiro passo para a fundação de uma colônia - França Equinocial - em 1612”⁶⁹.

O texto define a celebração da missa por Abbeville como o marco da fundação da cidade cujo processo é considerado pelas autoras como fruto das ações de Daniel de La Touche⁷⁰. Não é de causar espanto a referência à fundação francesa de São Luís uma vez que a própria autora revela ter tomado como base para sua obra as análises de Mário Meireles. As

⁶⁷ NASCIMENTO; CARNEIRO, op. cit., p. 30.

⁶⁸ Ibid., p. 34.

⁶⁹ Ibid., p. 36.

⁷⁰ Ibid.

considerações sobre a questão são encerradas com breve relato sobre a expulsão dos franceses pelos portugueses.

As autoras prosseguem com a exposição de eventos históricos relacionados ao Maranhão como Estado Colonial e suas singularidades a partir da separação do resto do Brasil. Apresentam os elementos de ocupação do território com as capitânicas hereditárias, a organização administrativa dos governos Gerais, as expedições das entradas no sertão maranhense, diferenciando-as das bandeiras do Estado Colonial do Brasil. A narrativa vincula à ocupação do território “[...] ao desbravamento das matas, procura de riquezas minerais e aprisionamento de índios”⁷¹.

Dando continuidade, a obra apresenta a *Invasão holandesa* ressaltando o saque da cidade de São Luís e o pânico provocado na população. O texto enfatiza o heroísmo no movimento de resistência quanto à invasão, caracterizando como figuras heroicas e exemplos de civismo, os líderes opositores.

A iniciativa, a bravura, a fidelidade, a união dos maranhenses e portugueses serviram de exemplo e estímulo a outros compatriotas que também tiveram suas terras invadidas pelos holandeses. Assim foi que os pernambucanos, na Batalha dos Guararapes, expulsaram definitivamente os holandeses do Brasil⁷².

O discurso prossegue com a exposição de modelos de civismo ao abordar a Revolução de Bequimão. Ao descrever os eventos do movimento, as autoras retratam Manuel Beckman como vulto histórico. “Homem de coragem, querido e respeitado pelo povo, que chefiou o movimento contra os abusos da Companhia de Comércio do Maranhão”⁷³.

A narrativa sobre as figuras heroicas demonstra sutilmente o argumento da forte ligação do Maranhão com Portugal. Tal aspecto é ressaltado no trecho que apresenta a questão da Adesão do Maranhão à independência do Brasil ao caracterizar o Estado como “[...] independente do resto do país [...] não aceitando o grito de liberdade proclamado por D. Pedro I”⁷⁴.

O relato sobre a Balaiada não se diferencia dos manuais produzidos anteriormente. A obra classifica o movimento como de origem popular, definindo seus líderes como *cativos e agregados*. Assim, focaliza o domínio da revolta e o papel do Duque de Caxias ao vencer os balaios e restabelecer a paz, tendo seu heroísmo propiciado o título de *Patrono do Exército Brasileiro*⁷⁵.

⁷¹ NASCIMENTO; CARNEIRO, op. cit., p. 40.

⁷² Ibid., p. 44.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid., p. 47.

⁷⁵ Ibid.

A narrativa segue abordando sob o título *Coisa nossa*, elementos da cultura maranhense, caracterizando-a “[...] pela influência de três raças: branca, negra e indígena, o que contribuiu para a formação de um folclore variado”⁷⁶. Desse modo, as autoras compartilham da concepção que atribui à cultura uma dupla caracterização vinculada a padrões sociais organizados com base em critérios econômicos.

As manifestações populares são apresentadas como folclore, isto é, *cultura e sabedoria do povo*. As autoras destacam nesse sentido, as festas e danças, lendas, mitos e a culinária detalhando as características de cada elemento. Paralelamente, a narrativa refere-se à arte, ao teatro e à literatura como expressão de uma cultura elitista “[...] empregando métodos e técnicas aprendidas em escolas especializadas”⁷⁷.

Diferente dos manuais escolares anteriores, o *Terra das Palmeiras* demonstra nesse capítulo a abordagem de elementos da cultura popular maranhense. Este aspecto encontra-se diretamente relacionado ao contexto político e econômico dos anos de 1980 com a valorização do turismo na região. Diante disso, “[...] manifestações ganharam visibilidade para dirigentes políticos. Emerge um novo modelo pela participação fundamental do poder público”⁷⁸. A cultura popular é reverenciada como espetáculo e passa a constituir elemento da identidade regional.

Mesmo considerando a cultura popular, no discurso da obra, ainda é notada a sobreposição dos padrões da cultura erudita representados na literatura, nas artes plásticas e cênicas. Acerca desse fenômeno, Peter Burke refere:

A descoberta do povo se deu pelo contraste da cultura popular com a cultura erudita: houve ênfase no povo, seus costumes e crenças expressando o espírito de uma nação. Mas os que descobriram o povo provinham de classes superiores diferentes do povo: natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição, sem individualidade [...] De início o povo era visto de forma exótica, depois, houve tentativas de imitá-lo por razões estéticas, intelectuais e políticas⁷⁹.

No âmbito desse debate, a valorização da cultura popular representada no discurso do livro *Terra das Palmeiras* ilustra o movimento do contexto histórico dos anos 1980, esboçando os primórdios da relação entre a cultura e a indústria cultural. Nesse sentido, a cultura popular é apropriada pelos setores da elite perante os processos de transformação da sociedade em suas relações simbólicas. Fortalecendo esta constatação, surge o capítulo

⁷⁶ NASCIMENTO; CARNEIRO, op. cit., p. 49.

⁷⁷ Ibid., p. 52.

⁷⁸ MARTINS, Ananias Alves. *Carnavais de São Luís: tradição e mudança*. São Luís: SANLUIZ, 2000. p. 38.

⁷⁹ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 36.

denominado *Minha terra* que apresenta a importância do turismo no progresso do Maranhão. A abordagem expressa o caráter desenvolvimentista presente nos Estudos Sociais.

O texto reforça a necessidade de investimento em políticas na área do turismo apresentando o potencial do Maranhão por meio dos monumentos que caracterizam o patrimônio histórico, cultural e natural da região. Para tanto, utiliza o argumento do resgate do passado: “O Maranhão possui muitos pontos atraentes. É um pouco do passado que se faz presente nas praças, igrejas, fontes, fortes, praias”⁸⁰.

Assim, segue enfocando o princípio do progresso regional ao apresentar os aspectos vinculados à administração dos poderes públicos. As autoras caracterizam os políticos como “[...] chefes que exercem funções com vistas ao bem comum da população”⁸¹. A concepção difundida propala a aceitação da estrutura política sem contestação, típica dos discursos vinculados aos Estudos Sociais.

O fomento ao civismo é representado no capítulo em referência aos *Símbolos do Estado*. Neste trecho da obra, os símbolos são considerados “[...] elementos de ligação do presente com o passado e o futuro”⁸². Fundamentadas nesse princípio, as autoras caracterizam os símbolos do Maranhão atribuindo destaque às cores e suas relações com as *raças* formadoras do povo, o patrimônio natural e a trajetória histórica do Estado.

A abordagem prossegue apresentando elementos da economia regional, relacionando-os às perspectivas de evolução para a região. Urbanização, atividades produtivas, industrialização, transporte, comunicação, comércio e políticas sociais são apontados como elementos definidores das possibilidades de progresso do Maranhão. Em seguida, consta, em anexo, a divisão política e geográfica do Estado em microrregiões, bem como um breve glossário com termos regionais e técnicos. De modo geral, a obra enfatiza o desenvolvimentismo pela exaltação do potencial natural do Maranhão e da inteligência humana na transformação desses recursos para melhorias na condição de vida.

Joan Botelho e a obra *Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão (2007)*

Na década de 2000, o pesquisador Joan Botelho, professor de história das redes pública, particular e cursos preparatórios de vestibular e concurso, lançou o livro intitulado *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão (2007)*, que visou atender ao Ensino

⁸⁰ NASCIMENTO; CARNEIRO, op. cit., p. 529.

⁸¹ Ibid., p. 65.

⁸² Ibid., p. 69.

Médio, as provas de vestibulares e concursos. A obra adota uma organização cronológica que prioriza a descrição linear e evolutiva dos eventos históricos, partindo de uma periodização europeia, com os conteúdos que inserem a História do Maranhão entre a História Geral, História da América e História do Brasil. Traz temáticas da História social, política, econômica e social em diversos contextos maranhenses. O autor utiliza documentos da época como jornais, autos, etc. A bibliografia é de historiadores de filiações tradicionais, como também de historiadores com abordagens revisionistas. De imediato, percebe-se na análise do autor a relação de suas bases teóricas à fundamentação pelo materialismo histórico dialético. Os eventos são apresentados enquanto ações direcionadas por interesses materiais, sempre ressaltados pelo autor no enfoque dos aspectos econômicos.

Esse livro está dividido em três partes, História do Maranhão Colônia, Império e República, e organizado de forma variada com imagens; texto; glossário como nota de rodapé; fragmentos de textos acadêmicos e documentais no boxe intitulado *História Viva* que se localizam no final de cada parte, no entanto não são problematizados, têm caráter informativo. Quanto aos exercícios, nas seções *Questões propostas, de vestibulares e concursos*, contemplam os vestibulares tradicionais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e UFMA, com perguntas objetivas aplicadas na primeira fase do exame, seguidas das discursivas que ocorriam na segunda fase, além das questões elaboradas pelo autor que seguem essa mesma tendência.

Prosseguindo, Botelho focaliza os indígenas como população nativa no contexto da chegada europeia. Seu discurso parte da crítica ao imaginário distorcido sobre o indígena enquanto “bárbaros e selvagens”. Nesse sentido, após detalhar as nações indígenas do Maranhão, o autor realiza a crítica à evangelização cristã como mecanismo ideológico direcionado à hegemonia europeia.

No império da “cruz e da espada”, o nativo torna-se um indivíduo estranho, sofrendo uma forte discriminação por parte do colonizador. Antropófago, preguiçoso, promíscuo, sujo, violento foram alguns adjetivos empregados pelo europeu no decorrer da colonização⁸³.

A França Equinocial é apresentada como empreendimento comercial direcionado à exploração das riquezas naturais da região tendo como base a relação amistosa com o nativo. Segundo Botelho⁸⁴, “os franceses desembarcaram em Upaon-Açu onde mantêm aliança com os índios e fundam um forte de pau a pique”. O autor relata a instalação do Forte

⁸³ BOTELHO, op. cit., p. 14.

⁸⁴ Ibid., p. 20.

São Luís e inova a interpretação deste fato ao superar a versão de fundação francesa da cidade propalada pelos intelectuais durante o século XIX. Para tanto, já utiliza as constatações da historiadora Lourdes Lacroix⁸⁵ que considera a fundação de uma cidade como um processo amplo de estruturação material, não perceptível nas incipientes ações francesas no território maranhense.

Em seguida, o período do Maranhão Imperial é retratado tomando como ponto de partida o processo de adesão do Estado à independência do Brasil. Demonstrando permanências quanto à abordagem tradicional, o autor ressalta a aproximação maranhense com a metrópole como elemento propulsor do movimento e sua diferenciação em relação às outras províncias brasileiras. Contudo, acrescenta a atuação do interior sobre a capital na adesão à independência brasileira: “lutas que se processaram principalmente em Caxias e Itapecuru”⁸⁶. Sobre o movimento da Setembrada (1831-1832), o autor relata a atuação das camadas populares: “O povo e tropa reunidos no Campo de Ourique em conselho decidem não largarem as armas sem serem fielmente cumpridos todos os artigos reivindicados”⁸⁷. Quanto a Balaiada (1838-1841), menciona que por muito tempo foi discriminada pela historiografia oficial com termos pejorativos como *bandidos*, *facínoras*, *facciosos*, etc., mas que por meio de outros historiadores deram um novo olhar a esse processo.

Ao apresentar o período republicano, o autor busca retratá-lo com base em um novo olhar que compreenda a recepção à transição na ordem política de forma ativa e não passiva, como retrata a historiografia tradicional. Apresenta, portanto, dados de pesquisas atuais sobre o impulso ao movimento republicano no interior do Estado. Ao mesmo tempo, não promove a exaltação da nova ordem como redentora apontando o contexto maranhense em sua decadência e crise econômica: “uma economia arcaica fundada na incipiente atividade criatória e na roça de subsistência”⁸⁸.

O autor Joan Botelho⁸⁹ narra os episódios históricos apresentando versões historiográficas que se contrapõem, menciona a participação das camadas populares, contudo não dialoga com o estudante que faz uso desse material, o que poderia proporcionar uma maior ligação da análise do passado com o presente, pois o problema fundamental da História diz respeito ao presente. É do lugar social que o indivíduo ocupa que partem suas perguntas para que possa ser o que se quer ou que precisa ser; não com o intuito de julgar se o que foi

⁸⁵ LACROIX, Maria de Lourdes L. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002.

⁸⁶ BOTELHO, op. cit., p. 76.

⁸⁷ Ibid., p. 98.

⁸⁸ Ibid., p. 161.

⁸⁹ Ibid., p. 98.

feito no passado esteve correto ou não, pois isso é ambição de toda História moralista, porém para entender, com auxílio desse passado, o motivo de algumas práticas, costumes, etc., no presente⁹⁰. E se for necessário, nesse processo de autoesclarecimento, caso queira emitir juízos de valor, esses “[...] devem dirigir-se as práticas presentes, pois condenar ou enaltecer o passado não produz qualquer efeito, o que não quer dizer que a violência do feitor ou do senhor de engenho, por exemplo, não deva ser denunciada enquanto tal”. O que não causa impacto é “[...] permanecer na denúncia e não desdobrá-la em exemplos de outras lutas mais ou menos sutis que se travam à nossa volta”⁹¹.

Apesar do esforço em dialogar com a historiografia maranhense atual, e embora reconheça a participação popular nesses eventos históricos, fá-lo não no sentido de instigar o aluno a construir uma sociedade mais igualitária, apenas mostra as desigualdades existentes entre as classes. Alguns conceitos não são explorados por Botelho⁹², por exemplo, o conceito de cidadania do século XIX para que os alunos compreendam os significados da legislação liberal com destaque para a Constituição de 1824, em que os critérios de cidadania passavam pelo aspecto jurídico (ser livre) e econômico-censitário (renda).

A obra, *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão* (2007), não apresenta as características exigidas para os livros didáticos, nem no uso da linguagem e nem os elementos metodológicos e avaliativos que proporcionam a interação com os estudantes. Além dos conteúdos, a obra traz trechos de documentos e inúmeras questões de vestibulares. Ainda assim, não se encaixa nas exigências contidas no PNLD. O docente por meio do ensino de História Regional ou Local fará com que suas aulas ganhem sentido ao cotidiano do aluno, agregando-o valores que sejam capazes de transformar comportamentos, porquanto, conteúdos sem significados resultarão no aluno que ficará distante e vulnerável a sua realidade.

Considerações finais

Com base no exposto, percebem-se as diversas faces demonstradas pela disciplina História do Maranhão. As perspectivas de trabalho da disciplina mostram o conjunto de estratégias desenvolvidas para articular a história regional a modelos pedagógicos.

Nesse sentido, nota-se uma espécie de “acomodação” dos conteúdos nos livros didáticos aos pressupostos políticos vigentes em cada contexto histórico, norteados a

⁹⁰ MICELI, Paulo Celso. Uma pedagogia da história? In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 37-52.

⁹¹ MICELI, op. cit., p. 50.

⁹² BOTELHO, 2007.

abordagem do conhecimento local disciplinarizado. Tal fenômeno possibilita o movimento de permanências e rupturas na tradição disciplinar notadas nas continuidades relacionadas às interpretações de eventos históricos bem como na renovação de concepções e versões propaladas.

A análise dos livros didáticos apresenta a predominância do academicismo como base para a abordagem do conteúdo. São utilizados como base na produção das obras, estudos da historiografia maranhense, oscilando entre interpretações consagradas e versões renovadas. Portanto, o ensino de História não pode ser indiferente à aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos. Daí a importância de se estudar a história dos manuais didáticos, pois, no decorrer da história do Brasil, modificaram-se de acordo com as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, assumindo um espaço central no processo de aprendizagem.